

O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM NO IFPR- CAMPUS PALMAS: UMA REALIDADE DE PROFESSORES EBTT

Dalla Costa, Melania; Bastos Correira, Carmen C.

Resumo

Este artigo desenvolvido para o curso de Mestrado da UNIOESTE/Cascavel, tem como tema de pesquisa um estudo de caso no Instituto Tecnológico Federal- Campus Palmas. A temática proposta para o estudo se deve ao nosso interesse em identificar como se estrutura a instituição de base tecnológica para formar não apenas bacharéis, mas também, profissionais com atuação em licenciatura considerando os argumentos de que as licenciaturas ofertadas nos Institutos Federais (IF) devem aliar a formação de professores da educação básica e a formação de professores para a educação profissional.

Introdução

Para entendermos a diferença entre bacharelado e licenciatura, vejamos a definição de acordo com Porto (2015, p. 01):

a) Cursos Tecnológicos: vale como curso superior, e se diferem dos técnicos. Para ingressar num curso deste tipo, é necessário ter concluído o ensino médio. Mas apesar de ser um curso superior, ele tem uma duração menor que os cursos de bacharelado e licenciatura, entre 2 e 3 anos. Isso acontece porque os cursos tecnológicos apresentam uma abordagem mais focada da área escolhida.

Esse tipo de curso é mais indicado para quem já tem certeza de que trabalho deseja exercer dentro da área. Por exemplo, se você quer trabalhar na área de meio-ambiente com foco em tratamento de resíduos sólidos, melhor fazer um curso de gestão ambiental do que partir para um bacharelado em biologia. Os cursos tecnológicos também são interessantes para quem já trabalha em uma determinada área e deseja obter uma formação, porém tem pouco tempo. No entanto, se você ainda não decidiu que área seguir dentro da profissão escolhida, melhor optar pelos cursos tradicionais. (Porto, 2015, p. 01)

b) Bacharelado: é a formação superior tradicional, com duração que varia entre 4 e 6 anos. O bacharel estuda um pouco sobre tudo dentro da área escolhida, conferindo um conhecimento superficial sobre todos os assuntos. Enquanto o tecnólogo se forma apto para atuar em apenas uma área específica, o bacharel pode atuar em diversas áreas após o término do curso, contando com pós-graduações para se especializar na área desejada.

Esse tipo de curso é ideal para jovens que ainda não conhecem o mercado de trabalho, ou que ainda têm dúvidas de que tipo de função exercer. O bacharelado oferece a possibilidade de ter contato com inúmeras áreas de atuação da profissão, e por ter um tempo de duração mais longo, não exige que o aluno decida qual área seguir sob pressão. Além do bacharelado, há também cursos de licenciatura, que seguem basicamente a mesma linha, no entanto formam profissionais diferentes. (Porto, 2015, p. 01)

c) Licenciatura: têm a mesma duração dos de bacharelado, e conferem boa parte do currículo do bacharel. No entanto, os profissionais formados nestes tipos de curso são aptos a ministrarem aulas na educação básica (ensino fundamental e médio).

A diferença curricular entre o bacharelado e a licenciatura é a presença de matérias de cunho pedagógico nos cursos do segundo tipo. É importante destacar que bacharéis não podem ministrar aulas na educação básica. O aluno formado em licenciatura pode mudar a área de atuação com pós graduações, e tornar-se pesquisador ou começar a atuar na área técnica do curso. (Porto, 2015, p. 01)

De acordo com as orientações do Setec/MEC, as licenciaturas voltadas para a formação de professores para a educação básica oferecidas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) devem contemplar, como uma de suas dimensões centrais, conhecimentos da esfera trabalho e educação de uma forma geral e, especificamente, da educação profissional. Conforme Machado (2008) a maioria dos sistemas e redes públicas de ensino não tem quadro de professores adequadamente formados para atuar no ensino médio integrado seja nas disciplinas voltadas para a formação profissional específica ou nas disciplinas da educação básica. Assim, ao se incorporar licenciaturas ao campo histórico de atuação da Rede Federal de EPT haveria uma contribuição maior para a institucionalização dessa formação integrada em cada IF (Instituto Federal) e na Rede em geral. Ainda, segundo Machado (2008) é necessário buscar uma organicidade na atuação da Rede no que se refere a sua atuação no domínio da formação de professores, de maneira que é estratégico buscar conexões entre a formação de professores para a educação básica e a formação de professores para a educação profissional.

Programas e ações para acesso e permanência no ensino superior

Desde a primeira década do século 21, a demanda pela formação profissional qualificada e pelo ensino de nível superior cresceu vertiginosamente, com a busca elevada por parte dos jovens estudantes e de uma população fora da faixa de idade – em virtude de uma demanda reprimida que se acumulou por décadas – por cursos superiores oferecidos por instituições privadas, tendo em vista o limite de vagas ofertadas nas instituições públicas. Diante de tamanha necessidade, o governo federal, principalmente, além dos governos estaduais e de alguns governos municipais que oferecem educação superior, passaram a implementar e a ampliar programas de democratização do acesso ao ensino universitário. “Com a criação de programas populares, o quantitativo de estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) saltou de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299, em 2010”. (Carmo et al, p. 36).

Para entender essas ações do governo federal Encontramos na página eletrônica do Ministério da Educação vinte programas/ações direcionadas ao ensino superior, levados a cabo pela SESu/MEC (Santos e Cerqueira, 2009, p. 17):

a) Programas/ações de diversificação acadêmica e de articulação do ensino, pesquisa e extensão.

- O Programa de Educação Tutorial (PET), visa:

Apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Propicia aos alunos (...) a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica (...) e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o

professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica. (Brasil, 2015)

- O Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) com ênfase na inclusão social objetiva “apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.”
- Os Hospitais Universitários, ligados às IFES, “são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde.” Articulados ao Sistema Único de Saúde (SUS) oferecem oportunidade de educação continuada e atualização técnica aos profissionais da área médica.
- Fundamentado no que determina o Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, o Ensino de Pós-graduação Destinada a Médicos (Residência Médica) confere ao médico residente o título de especialista.

b) Programas/ações de avaliação e de regulação do Sistema.

- O Sistema de Credenciamento e Recredenciamento de IES, e-MEC, trata-se de um protocolo eletrônico por meio do qual, o MEC instrui a regulação da oferta de ensino superior no país.
- O Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade), substituiu o Provão em 2004 e se realiza pela aplicação de provas para concluintes e ingressantes dos cursos de graduação.
- O Índice Geral de Cursos (IGC) é um indicador gerado pelo Sistema que caracteriza um determinado curso com base na articulação de diversos instrumentos e fontes de avaliação.

c) Programas/ações de cooperação e relações internacionais.

- O programa CELPE-Bras, ou Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros informa, certifica estrangeiros que vêm estudar no Brasil, quanto ao domínio da Língua Portuguesa.
- O Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) é uma cooperação internacional do Brasil para com países dos continentes africano, americano e asiático. Instituições de ensino superior públicas e privadas do Brasil recebem estudantes para seus cursos de graduação e de pós-graduação.
- O Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promissaes) oferece bolsas de estudos para estudantes do PEC-G, comprovadamente de baixa renda, de modo a lhes assegurar condições materiais de realização cursar em uma das instituições brasileiras.
- O Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA) destina-se a mobilidade entre instituições e países com foco na melhoria da qualidade mensurada por sistemas de avaliação e de credenciamento. Participam os seguintes países membros e associados do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile.
- A Comissão de Língua Portuguesa (Colip) foi criada para, junto aos países de Língua Portuguesa, definir a política de ensino aprendizagem, pesquisa e promoção do idioma.

d) Programas/ações de articulação da educação superior com a educação básica.

- - Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) estreita a interação das instituições universitárias formadoras de professores com as unidades escolares da Educação Básica.

Oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. (Brasil, 2015)

- - O Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) se preocupa com a formação inicial do docente para a Educação Básica e se operacionaliza por meio do financiamento de:

Projetos voltados para a formação e o exercício profissional dos futuros docentes, além de implementar ações definidas nas diretrizes curriculares da formação de professores para a educação básica. Os objetivos do programa são: contribuir para a elevação da qualidade da educação superior, formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino no país, dinamizar os cursos de licenciatura das instituições federais de educação superior, propiciar formação acadêmica, científica e técnica dos docentes e apoiar a implementação das novas diretrizes curriculares da formação de professores da educação básica. (Brasil, 2015)

e) Programas/ações de acesso e permanência.

- - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES financia a graduação de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com as mensalidades do seu curso.
- - Visando dotar as IFES de infraestrutura adequada ao ingresso e à permanência da pessoa com deficiência, o Programa INCLUIR, de acessibilidade na educação superior, vem apoiando projetos institucionais nessa perspectiva.
- - O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) avalia o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade básica e tem sido utilizado como mecanismo de seleção para a graduação.
- - O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi lançado em 2007 e
...busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. (...) Todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação... As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.” (Brasil, 2015)
- - O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) demanda antiga das IFES na perspectiva de garantia da
...permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. Pretende viabilizar a igualdade de oportunidades (...) e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, ao esporte, creche e apoio pedagógico.

- - O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que objetiva a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior, por meio de parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo.

Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia: proposta educacional

De acordo com Lamb et al (2014), os Institutos Federais foram criados pelo Estado Brasileiro por meio da Lei nº 11.892 que estabelece no Art. 7º, inciso VI, letra b, a finalidade de ministrar “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica” (BRASIL, 2008), garantido para esses curso, no mínimo, 20% de suas vagas. Desta forma, uma das atribuições principais dos IFs é oferecer formação de professores para Educação Básica, prioritariamente nas áreas de Ciências e Matemática. Assim, os Institutos Federais assumem o compromisso, quando na plenitude de seu funcionamento, de garantir 20% de suas matrículas em cursos de licenciaturas, que em grande parte poderão se destinar a própria educação profissional e tecnológica.

A concepção dessa modalidade de educação orienta os processos de formação com base nas premissas da integração entre ciência, tecnologia, trabalho e cultura, conhecimentos específicos e desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à atuação profissional, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. (Brasil, 2000)

Conforme Nonenmacher et al (2015) os Institutos Federais (IF) se caracterizam por ofertar Ensino Técnico em modalidades integrado ao Ensino Médio, de forma concomitante ou subsequente, além dos cursos de tecnólogos, bacharelados, pós-graduações e, ainda, licenciatura ou bacharelado como é o caso.

Para atuar nos cursos técnicos e tecnólogos necessita-se de profissionais das diferentes áreas do conhecimento. Alguns destes profissionais não são formados em cursos de licenciatura como, por exemplo, agrônomos, engenheiros, médicos veterinários, enfermeiros, entre outros. Porém, todos são professores. Assim, um dos objetivos dos IF é oferecer cursos de licenciaturas para profissionais destas áreas. (Nonenmacher et al, 2015, p. 57)

Os cursos de licenciatura

Os Cursos de Licenciatura dos IF's têm como objetivo central a formação de professores para atuarem na Educação Básica, exercendo a docência do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, no Ensino Médio ou no Médio Integrado. A reversão do quadro da educação brasileira, com a ruptura do círculo vicioso "inadequação da formação do professor-inadequação da formação do aluno..." (Brasil, 2000) requer cursos de formação que supram não só as deficiências resultantes do distanciamento entre o processo de formação docente e sua atuação profissional, mas também a necessidade de preparar um professor afinado com práticas educativas centradas na construção de uma aprendizagem significativa pelo aluno, de forma articulada e não fragmentada, sem contudo banalizar a importância do domínio dos conteúdos que deverão ser desenvolvidos quando da transposição didática contextualizada e integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão. De acordo com Machado (2008) as

licenciaturas voltadas para a formação de professores para a educação básica oferecidas no âmbito da Rede Federal de EPT (Educação Profissional e Tecnológica) devem contemplar, como uma de suas dimensões centrais, conhecimentos da esfera trabalho e educação de uma forma geral e, especificamente, da educação profissional, considerando que:

- a) A ação da Rede deve contribuir para a ampliação da oferta do ensino médio integrado, a educação profissional nos sistemas e redes públicas de ensino, tanto para os adolescentes como para os sujeitos da EJA (Brasil Profissionalizado);
- b) a maioria dos sistemas e redes públicas de ensino não tem quadro de professores adequadamente formados para atuar no ensino médio integrado (nem nas disciplinas voltadas para a formação profissional específica nem nas disciplinas da educação básica);
- c) a incorporação dessas licenciaturas ao campo histórico de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, contribui para uma maior institucionalização delas em cada IF e na Rede em geral;
- d) é necessário buscar uma organicidade na atuação da Rede no que se refere a sua atuação no domínio da formação de professores, de maneira que é estratégico buscar conexões entre a formação de professores para a educação básica e a formação de professores para a educação profissional;
- f) a organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação que neles atuam um espaço ímpar de construção de saberes, por terem a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino;
- g) em diferentes níveis da formação profissional, assim como buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão especialmente no nível superior.

Segundo Trindade (2011) ao apresentar dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, na XXXV Reunião de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC), aponta que no período compreendido entre 2011 e 2014 o número de matrículas das licenciaturas dos Institutos Federais chegará próximo ao número de matrículas das Universidades Federais. No texto “contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” elaborado pela Setec/MEC (MEC, 2011), sugere-se um desenho curricular para as licenciaturas que compreende três Núcleos: Núcleo Comum (composto pelo Núcleo Básico e pelo Núcleo Pedagógico); Núcleo Específico; Núcleo Complementar.

Prática Profissional representada pela Prática Pedagógica e pelo Estágio Curricular Supervisionado e atividades acadêmico-científico culturais. Essas atividades seriam desenvolvidas não só na Prática Profissional, mas também no Núcleo Complementar, passando todo o curso; Monografia de conclusão.

Não só a Prática Profissional, como também os Núcleos Comum, Complementar e Específico têm como parâmetro norteador das ações educativo-pedagógicas o objetivo primeiro dos Cursos de Licenciatura dos IF's, qual seja, a formação do professor inserido na discussão de educação emancipatória, do trabalho e da inclusão social.